

Partidos não se entendem

A pesar de várias reuniões ao longo do dia, o PMDB e o PFL não chegaram ontem a um acordo sobre o texto do Regimento Interno da Constituinte na parte relativa aos projetos de decisão, que estão vinculados à soberania da Assembléia. O PMDB não aceitou a redação concebida pelo Gabinete Civil para evitar a revogação de dispositivos da Constituição em vigor, e que foi sugerida em emenda do PFL. Este partido, por sua vez, manteve-se inabalável na decisão de não aceitar o teor da proposta do relator do Regimento, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP). No início da noite, PMDB e PFL preparavam-se para um embate no plenário.

A tarde, reuniram-se para discutir o assunto, no gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, os líderes do PMDB no governo, Carlos Sant'Anna, na Câmara, Luiz Henrique, e no Senado, Fernando Henrique Cardoso, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, e o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi.

Nenhum acordo foi obtido, porque o PFL insistiu em que fosse explicitada a expressão "matéria de relevância" para a apresentação de projetos de decisão:

— Há uma dificuldade política, porque houve uma negociação interna do PMDB, da qual não participaram os demais partidos — disse Righi após a reunião, informando que partilhava das preocupações do PFL.

Ainda segundo Righi, a dificuldade para um acordo era a posição da bancada do PMDB, que não abria mão do texto proposto por Fernando Henrique Cardoso, e que surgiu de uma negociação entre Sant'Anna e o grupo **Pro-Soberania**. Luiz Henrique admitia os obstáculos para uma alteração da redação, lembrando que "houve uma negociação longa com o PMDB".

Carlos Sant'Anna admitia a mesma possibilidade, afirmando que o texto de Fernando Henrique surgiu de um acordo, e constou do primeiro substitutivo:

— O assunto está praticamente encerrado — declarou.

A rejeição do PMDB ao texto desejado pelo governo não era esperada pelo Palácio do Planalto. O governo acreditava que o partido iria aceitar a fórmula sugerida na emenda do PFL, sob pena de perder em plenário, já que havia indícios de que a maioria dos constituintes não agradava a proposta do substitutivo. Além disso, temia que com a redação dada por Fernando Henrique fosse aberto um espaço para a discussão da redução do mandato do presidente Sarney, acreditando mesmo que esta era a intenção do PMDB.

Em encontros com Fernando Henrique, Ulysses Guimarães e Luiz Henrique orientaram-no para manter o texto. Já o PFL, que se reuniu após tratar do assunto com o PMDB, rejeitou a forma encontrada pelo relator. Rejeitou também a informação de que a emenda havia sido inspirada pelo governo. O deputado José Thomaz Nôno (AL), um dos mais envolvidos na discussão do Regimento, garantiu que a emenda havia sido redigida por ele.